



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS**

**ATA DA 69ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA
PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA – CONADE**

15 E 16 DE JULHO DE 2010

1 Às nove horas do dia quinze de julho de 2010, no Auditório do 8º andar do Edifício
2 Parque Cidade Corporate, sede da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da
3 república, em Brasília/DF, foi realizada a Sexagésima Nona Reunião Ordinária do
4 Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – CONADE, sob a
5 presidência da Sra. Denise Costa Granja. Estiveram presentes os Conselheiros
6 **Governamentais:** Denise Costa Granja – *Representante Titular do Ministério das*
7 *Comunicações – MC e Presidente do CONADE;* Mariana Bandeira de Mello Parente –
8 *Representante Suplente da Casa Civil da Presidência da República;* Aline Camila
9 Romão Mesquita – *Representante Suplente do Ministério da Cultura - MinC;* Martinha
10 Clarete Dutra dos Santos – *Representante Titular do Ministério da Educação - MEC;*
11 *Tânia Mariza Martins Silva – Representante Titular do Ministério da Previdência Social*
12 *– MPS;* Raimundo Nonato Lopes de Souza – *Representante Suplente do Ministério da*
13 *Previdência Social - MPS;* Érika Pisaneschi – *Representante Titular do Ministério da*
14 *Saúde - MS;* Andréa Duarte – *Representante Suplente do Ministério da Saúde - MS;*
15 *Magda Hennes – Representante Titular do Ministério das Cidades - MCidades;* Elyria B.
16 *Yoshida Credidio – Representante Titular do Ministério do Desenvolvimento Social e*
17 *Combate à Fome - MDS;* Carlos Frederico Bastos Peres da Silva – *Representante*
18 *Suplente do Ministério das Relações Exteriores - MRE;* Ana Carolina Silveira
19 *Vasconcelos – Representante Suplente do Ministério dos Esportes - ME;* Rogério
20 *Lopes Costa Reis – Representante Suplente do Ministério do Trabalho e Emprego -*
21 *MTE;* Ana Beatriz Borges Serpa – *Representante Titular do Ministério do Turismo -*
22 *MTur;* Marcos Cordeiro de Souza Bandeira – *Representante Titular do Ministério dos*
23 *Transportes - MT;* Ana Beatriz Silva Thé Praxedes – *Representante Suplente da*
24 *Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR;* Francisco
25 *Alexandre Dourado Mapurunga – Representante Titular do CEDEF Ceará;* Flávio
26 *Fontes da Silva Rossini – Representante Titular do Conselho Municipal dos Direitos*

27 *das Pessoas Portadoras de Deficiência de Mesquita/RJ. Os Conselheiros da*
28 **Sociedade Civil:** *Silvana de Oliveira Almeida – Representante Titular da Associação*
29 *Nacional do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com*
30 *Deficiência - AMPID; Maria do Carmo Tourinho – Representante Titular da Associação*
31 *de Autismo – ABRA; Maria Aparecida Reis – Representante Titular da Associação*
32 *Brasileira de Ostromizados - ABRASO; Roberto Paulo do Vale Tiné – Representante*
33 *Titular da Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência de Funcionários do*
34 *Banco do Brasil e da Comunidade - APABB; José Antônio Ferreira Freire –*
35 *Representante Titular da Confederação Brasileira de Desportos para Cegos – CBDC;*
36 *Janilton Fernandes Lima – Representante Titular da Confederação Nacional do*
37 *Comércio - CNC; José Antônio Lanchoti – Representante Titular do Conselho Federal*
38 *de Engenharia Arquitetura e Agronomia - CONFEA; Isaías Dias – Representante Titular*
39 *da Central Única dos Trabalhadores - CUT e Vice-Presidente do CONADE; Romeu*
40 *Kazumi Sasaki – Representante Titular do Conselho Nacional dos Centros de Vida*
41 *Independente CVI Brasil; Rosangela da Silva Santos – Representante Titular da*
42 *Federação das Associações de Renais e Transplantados do Brasil - FARBRA;*
43 *Domingos João Montagna – Representante Titular da Federação das Fraternidades*
44 *Cristãs de Doentes e Deficientes do Brasil - FCD/BR; Adinilson Marins dos Santos –*
45 *Representante Titular da Federação Nacional das APAES - FENAPAE; Renata Souza*
46 *Vale, Suplente da Federação Nacional das APAES - FENAPAE; Lizair de Moraes*
47 *Guarino – Representante Titular da Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi -*
48 *FENASP; Shirley Vilhalva – Representante Suplente da Federação Nacional de*
49 *Educação Integração de Surdos - FENEIS; Valdenora da Cruz Rodrigues –*
50 *Representante Titular do Movimento de Reabilitação das Pessoas Atingidas pela*
51 *Hanseníase - MORHAN; Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes – Representante*
52 *Titular da Ordem dos Advogados do Brasil OAB; Moisés Bauer Luiz – Representante*
53 *Titular da Organização Nacional de Cegos do Brasil – ONCB; José Alcides Marton da*
54 *Silva – Representante Titular da União Brasileira dos Serviços de Referência em*
55 *Triagem Neonatal Credenciados - UNISERT; Observadores: Alexandre Ciconello –*
56 *Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC; Andréa Assumpção Siqueira –*
57 *Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi – FENASP; Suliane Kelly Barros*
58 *Centro de Atendimento ao Surdo – CAS; Nerilucia Lute Pimenta - Intérprete de Libras;*
59 *Cássia de Sousa Carvalho –Intérprete de Libras; Judas Tadeu Cariolano dos Santos –*
60 *CNBB/Pastoral da Saúde Nacional; Rita de Cássia de Oliveira Cardoso – Intérprete de*
61 *Libras.*

62

63 **1º Dia – 15 de julho de 2010**

64 **Abertura:** Verificado o quorum por meio de chamada oral, a Sr. Denise Costa Granja
65 abriu os trabalhos da 69ª Reunião Ordinária do CONADE. **Aprovação das Atas da 67ª**
66 **e 68ª Reunião Ordinária do CONADE.** Não havendo nada em contrário, foram
67 aprovadas as respectivas atas. Após, o Sr. Marcos Cordeiro de Souza Bandeira
68 solicitou que fosse disponibilizada a transcrição da legenda em tempo real aos
69 conselheiros com o intuito de ter melhores condições para analisar a Ata enviada. O Sr.
70 Clarismar Mendonça, técnico da legenda, informou que verificaria junto ao escritório da
71 empresa prestadora do serviço para informar precisamente o tempo que essa
72 disponibilização ocorreria. **Aprovação da Proposta de Pauta da 68ª Reunião**
73 **Ordinária.** 1) Abertura; 2) Aprovação das Atas da 67ª e 68ª Reunião Ordinária; 3)
74 Aprovação da Proposta de Pauta da 69ª Reunião Ordinária; 4) Plano de Ação da
75 Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência-SNPD
76 para 2010; 5) Informes das Comissões Permanentes: A – Comissão de Orçamento e
77 Finanças-COF; B – Comissão de Articulação de Conselhos-CAC; C – Comissão de
78 Análise, Elaboração e Acompanhamento de Atos Normativos-CAN; D – Comissão de
79 Políticas Públicas-CPP; E – Comissão de Comunicação Social-CCS; 6) informes
80 Internacionais: candidatura do Brasil ao Comitê da CDPD e Relatório de Monitoramento
81 – Flávia Maria de Paiva Vital – Coordenadora Geral de Comunicação e Informação da
82 Subsecretaria Nacional de Promoção da Pessoa com Deficiência-SNPD; 7) Informe da
83 Presidência Ampliada; 8) Apresentação do Projeto Disque 100 – Direitos Humanos –
84 Pedro Costa Ferreira, Coordenador-Geral do Disque Direitos Humanos; 8) Mobilização
85 para o dia 21 de setembro – Dia Nacional da luta das Pessoas com Deficiência; 9)
86 Informes Gerais. A Sra. Rosângela da Silva Santos solicitou que a apresentação do
87 relatório da COF fosse feito na parte da tarde daquele mesmo dia, esclarecendo que
88 devido à ausência da cooperação técnica da comissão pela manhã não poderia ser
89 apresentado o relatório. A Sra. Ana Beatriz Silva Thé Praxedes informou que a SDH
90 reapresentaria o Plano de Ação da Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos
91 da Pessoa com Deficiência para 2010 caso fosse necessário e consenso do plenário,
92 por já ter sido apresentado na reunião anterior. Ao passo que a Sra. Rosângela da
93 Silva Santos apoiou a nova apresentação ressaltando que não necessitaria do parecer
94 da COF, decidido na plenária anterior. O Sr. Marcos Cordeiro de Souza Bandeira
95 sugeriu aos coordenadores das comissões que discutisse anteriormente à reunião a
96 inversão de pauta, dando celeridade à mesma. Com tanto, a Sra. Rosângela da Silva
97 Santos acatou a sugestão para as próximas reuniões. O Sr. Francisco Alexandre
98 Dourado Mapurunga ressaltou que o momento para discutir a inversão de pauta era

99 aquele e solicitou que o relatório da CAC fosse feito na parte da tarde também e que as
100 demais comissões pudessem apresentar na parte da manhã. Posto isto, foi aprovada a
101 inversão de pauta, principiando os relatos a CAN e, na sequência, por meio de votação,
102 foi aprovada a reapresentação do Plano de Ação da SNPD para 2010. **Informes das**
103 **comissões Permanentes. Comissão de Análise, Elaboração e Acompanhamento**
104 **de Atos Normativos-CAN.** A Sra. Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes
105 procedeu à leitura do relatório da 68ª e 69ª reunião da CAN, justificando que o relatório
106 da 68ª não teve tempo hábil para ser apresentado na reunião anterior do CONADE.
107 Relatou que estiveram presentes os Conselheiros: Laís Vanessa Carvalho de
108 Figueiredo Lopes, Shirley Vilhalva, Silvana de Oliveira Almeida, José Antônio Lanchoti,
109 Elyria Bonetti Yoshida Credidio e Mariana Bandeira de Mello Parente. O Sr. Rogério
110 Lopes Costa Reis justificou sua ausência. A Comissão analisou o: Processo CAN
111 179/2008, que tratou da criação do CONADE, visto que o Decreto que o criou foi
112 revogado. No entanto, a partir de um estudo foi elaborada nota técnica considerando a
113 última lei que reestruturou a SDH o ato de criação do CONADE; CAN 232/2009, que
114 tratou de representação de um contador sobre a compatibilidade da Lei de
115 Microempresas e a acessibilidade no Município de Presidente Prudente.
116 Encaminhamento: recomendou ao Conselho o envio ao Ministério Público de São
117 Paulo do relato completo em defesa da manutenção da exigência dos laudos de
118 acessibilidade no Município de Presidente Prudente; CAN 240/2009, que tratou de
119 repercussão negativa de posição da apresentadora Ana Maria Braga, do Programa
120 Mais Você, da Rede Globo de Televisão, perante à comunidade surda, especialmente
121 por uma entrevista do Doutor Ricardo Bento. Encaminhamento: consulta à FENEIS,
122 que informou a retratação ao vivo da apresentadora Ana Maria Braga; a expedição de
123 ofício para a supracitada rede de Televisão ressaltando a importância da iniciativa da
124 emissora em colocar o tema pessoas com deficiência na agenda pública nacional,
125 pontuando a necessidade do cumprimento da legislação vigente, a convenção sobre os
126 direitos das pessoas com deficiência, o Decreto 5.296 de 2004 e a NBR 15.290 de
127 2005, que tratam da acessibilidade em comunicação na televisão; recomendação ao
128 Conselho Federal de Medicina para que amplie a temática entre os profissionais e
129 estudantes da área de medicina; CAN 259/2009, que tratou de esclarecimento sobre a
130 caracterização de deficiência física para fins de cumprimento da lei de cotas, com a
131 especificidade de a deficiência ser pé torto congênito. Encaminhamento: sugeriu
132 encaminhar ofício do CONADE ao senhor Fernando Simões de Oliveira Junior
133 ressaltando as seguintes informações: más formações congênicas, deformidades e
134 anomalias cromossômicas, incluindo a de pé torto congênito estão contempladas como

135 deficiência física para fazer jus à cota de mercado de trabalho para pessoas com
136 deficiência e havia a necessidade de laudo médico atualizado que ateste a deficiência
137 com a descrição da deformidade e quais as limitações ou dificuldades geradas; CAN
138 265/2010, que tratou de pensão à neta com deficiência após a morte do avô, ou seja, a
139 viúva recebia pensão do marido falecido e sustentava a neta de nove anos com
140 deficiência. No entanto, a neta não teria direito à pensão porque era devida aos
141 dependentes do segurado, o que não era o caso da neta. Encaminhamento: sugeriu a
142 interpelação junto ao Poder Judiciário que atenda aos interesses da requerente, ou
143 solicitar o Benefício de Prestação Continuada-BPC para pessoas com deficiência,
144 previsto pela Constituição Federal, caso a família se enquadrasse nos critérios do
145 benefício; CAN 267/2010, tratou de pessoa com seqüela de Poliomielite recusada para
146 vaga de trabalho. Encaminhamento: enviar o parecer para a demandante com o intuito
147 de esclarecer sobre as cotas de contratação de trabalhadores com deficiência; CAN
148 271/2010, tratou de relatoria sobre ação civil pública promovida pelo Ministério Público
149 da Bahia contra o INSS para a garantia de fornecimento gratuito de próteses e órteses.
150 Posto o ineditismo da ação, a CAN sugeriu encaminhar moção de apoio do CONADE e
151 encaminhar a peça inicial da ação civil pública à Procuradora-Geral da República,
152 Doutora Gilda Pereira Carvalho, para que propusesse a todos os membros do
153 Ministério Público Federal que adotassem essa medida, em defesa e garantia dos
154 direitos das pessoas com deficiência; CAN 276/2010 tratou do aumento da renda *per*
155 *capta* para fins de recebimento do BPC. Encaminhamento: sugerir à requerente, Sra.
156 Maysa, procurar, junto ao órgão gestor da política de assistência social, para
157 orientações quanto aos critérios para fins de concessão do BPC e acompanhar os
158 projetos de lei que tratam do tema junto à Câmara dos Deputados e Senado Federal.
159 Posto isto, a Sra. Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes informou que o Sr. Celso
160 Lourenço Moreira Correa não mais representaria a Casa Civil no Conselho devido à
161 sua nomeação como Subchefe Adjunto da Subchefia de Análise e Acompanhamento
162 de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República e
163 encaminharia os processos que estavam sob sua responsabilidade. Deste modo,
164 passou ao Relato da 69ª reunião da CAN, que contou com a presença dos
165 Conselheiros: Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes, Shirley Vilhalva, Silvana de
166 Oliveira Almeida, José Antônio Lanchoti, Milena Souto Maior Medeiros, Mariana
167 Bandeira de Mello Parente, Junia Marília Pimenta Larges e Fábio Borges de Abreu.
168 Tendo justificado a ausência as representantes do Ministério do Desenvolvimento
169 Social e Combate à Fome - MDS. CAN 09/2005, trata da edição de livro em braile.
170 Tendo em vista que o processo já foi aprovado no plenário do CONADE.

171 Encaminhamento: 1- propor ao Congresso Nacional a aprovação de projeto de lei de
172 iniciativa do Executivo, como proposta conjunta dos Ministérios da Educação, da
173 Cultura e da Secretaria de Direitos Humanos que determinaria às editoras a
174 disponibilizarem as versões acessíveis de suas edições; 2 - articular com os Ministérios
175 da Indústria, Desenvolvimento e Comércio Exterior e da Fazenda medidas de apoio e
176 financiamento das editoras ou adoção de medidas fiscais; 3 – colaborar com a
177 implantação dos estudos necessários à definição de uma modelo de oferecimento de
178 arquivos criptografados de obras em meio eletrônico; 4 - atuar de forma sistêmica no
179 convencimento das editoras em relação à importância de seu papel na construção de
180 uma sociedade exclusiva, com acessibilidade, como forma de concretização dos
181 direitos das pessoas com deficiência; CAN 234/2009, trata de inquérito civil a respeito
182 da acessibilidade em órgãos públicos federais instalados no Estado do Amazonas
183 encaminhado pela Procuradoria da República do Estado. Encaminhamento: sugerir ao
184 plenário do CONADE o envio de correspondência à Procuradoria da República do
185 Estado do Amazonas, com cópia para a Procuradoria Geral da República,
186 parabenizando a iniciativa da cobrança aos órgãos federais instalados naquele estado
187 sobre o cumprimento do Decreto Federal 5.296 de 2004 e demais normativas ligadas
188 ao tema; O próximo processo tratou da forma de aplicação de provas para surdos em
189 concursos públicos. A Comissão sugeriu que o plenário do CONADE emita
190 recomendação aos realizadores de concursos públicos para que fossem observadas o
191 disposto no parecer da CAN e na legislação vigente; CAN 264/2009, tratou da
192 habilitação de jovem com paralisia cerebral que desejava dirigir motocicleta
193 Encaminhamento: que a solicitação fosse apreciada pela CPP e posteriormente, se
194 positivamente avaliado, envio de ofício ao Conselho Nacional de Trânsito-CONTRAN
195 para alterações no Código de Transito Brasileiro-CTB, apenso o processo CAN
196 150/2007 que trata de questionamento sobre veículos adaptados para pessoas com
197 deficiência em auto-escolas; CAN 272/2010, trata-se de projeto de lei em curso no
198 Senado Federal que dispõe sobre ajudas técnicas em caixas eletrônicos. Observada
199 que a redação proposta é idêntica ao previsto no parágrafo 3º do Artigo 16 do decreto
200 5.296 de 2004. Quanto ao projeto original, a CAN entendeu que a referência deveria
201 ser pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e não apenas as pessoas
202 com deficiência visual. Dessa forma, a redação sugerida foi: as instituições financeiras
203 devem proporcionar às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida ajudas
204 técnicas que assegurem o acesso com a devida privacidade aos serviços e aos
205 terminais eletrônicos de atendimento; CAN 275, que trata de solicitação de uma
206 professora do município de Novo Gama, Goiás/GO, sobre a possibilidade de ter o

207 horário flexível e remanejamento de função no trabalho em virtude de ser mãe de uma
208 criança com deficiência. Com tanto, a comissão sugeriu ao CONADE requerer: à
209 Secretaria Municipal de Educação daquele município a análise do caso com vistas a
210 compatibilizar o interesse público com o da servidora. Ademais; ao Ministério do
211 Trabalho e Emprego que desenvolva um estudo e informe o seu resultado, acerca da
212 aplicabilidade do Parágrafo 3º do Artigo nº 98 da lei 8.112/1990 e a possibilidade de
213 exclusão do mecanismo de compensação para a flexibilidade da jornada de trabalho
214 para servidores públicos que sejam mães, cônjuges, companheiros ou representantes
215 legais de pessoas com deficiência; 18/2004, trata da alíquota zero nas placas com ou
216 sem flange e pomadas protetoras da pele. Encaminhamento: 1 - encaminhar o novo
217 pleito da ABRASO, que solicita retorno da isenção da taxa de importação de
218 dispositivos de ostomia no Brasil e nos países do MERCOSUL, ao Ministério do
219 Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior – MDIC e ao Ministério da Saúde - MS,
220 pedindo esclarecimento sobre os aspectos afeitos à competência de cada uma das
221 pastas; 2 - encaminhar cópia do parecer à ABRASO e à CASEX por se tratar de
222 demanda formulada há quase três anos, facultando-lhes o direito de se posicionarem
223 sobre ponto que julgarem relevantes. A Comissão não pôde discutir um dos seus
224 processos por se tratar do caso de uma pessoa com deficiência intelectual que foi
225 presa, em Santa Catarina, e espancada até a morte por presos que cometeram crimes
226 hediondos pela negativa de dividir um pacote de biscoitos. Esse caso gerou uma
227 audiência pública no Estado e, na qual, o CONADE foi representado pelo conselheiro
228 Laércio Ventura. A Comissão sugeriu, portanto, denúncia formal ao Conselho Nacional
229 de Justiça - CNJ para as medidas cabíveis relacionadas ao sistema judiciário local.
230 CAN 223/2010, trata do passe livre da pessoa com deficiência para transporte aéreo.
231 Com tanto, a comissão sugeriu que o CONADE acompanhe a tramitação do PL
232 5.107/2009, de autoria do Deputado Valtenir Pereira, do PSB de Mato Grosso,
233 garantindo o passe livre e conferindo a ampliação de acesso ao serviço de transporte já
234 previstos na Lei 8.899/1994, e encaminhe o presente parecer para a ciência do
235 interessado. O último processo tratou sobre concurso público da Universidade Federal
236 do Ceará. Visto que o público que se sentiu prejudicado já recorreu junto ao Ministério
237 Público Federal, além de ação administrativa na Defensoria Pública do Estado, a
238 comissão sugeriu encaminhar cópia do presente parecer ao interessado, orientando
239 que as futuras denúncias deveriam se fazer acompanhar de cópia dos documentos
240 considerados imprescindíveis à competente análise do CONADE. Por derradeiro, a
241 comissão informou que o Sr. José Carlos de Oliveira era o novo representante titular da
242 FENEIS, que assumiria a partir da próxima reunião do Conselho, visto que não houve

243 tempo hábil para publicar a decisão da entidade no Diário Oficial com Portaria
244 Ministerial para a sua designação. Posto isto, o Sr. Marcos Cordeiro de Souza Bandeira
245 solicitou esclarecimento quanto à adaptação de prédios, visto que havia alguns que
246 não teriam possibilidade de sofrer alterações para esse fim. Ponderou que a reparação
247 pública feita pela apresentadora Ana Maria Braga já seria suficiente e descartou a
248 necessidade de oficializar a rede de televisão. Questionou qual seria o concurso público
249 pleiteado pelas pessoas surdas. Relatou que um juiz da Justiça do Trabalho de São
250 Paulo relaxou multa de empresa que descumpria a cota para pessoas com deficiência
251 e sugeriu ao CONADE encaminhar ofício solicitando a revisão da decisão. O Sr. José
252 Antônio Lanchoti esclareceu que, visto algumas peculiaridades das edificações, tais
253 como a real impossibilidade de adaptação e também a questão do tombamento pelo
254 patrimônio histórico, algumas edificações realmente não seriam modificadas, mas
255 apontou que o Ministério Público, por meio de Termos de Ajuste de Conduta – TAC,
256 requeriam dos proprietários ações compensatórias, como construção de rampas na
257 quadra, entre outras. A Sra. Martinha Clarete Dutra dos Santos informou que o Comitê
258 Brasileiro de Tecnologia Assistiva constituiu uma Comissão que apresentaria minuta de
259 norma brasileira sobre o livro digital acessível. Sugeriu ao CONADE a criação de
260 Resolução que regulamentasse a acessibilidade nos exames, seja de concurso público
261 ou vestibular. Por derradeiro, informou que o MEC encaminhou a substituição de sua
262 suplência, indicando para a vaga a Sra. Misiara Cristina Oliveira. O Sr. Domingos João
263 Montagna ponderou que a questão da flexibilização poderia ocasionar subterfúgios
264 para o não cumprimento da acessibilidade universal e destacou o seu apoio à moção
265 do CONADE referente ao Processo CAN 271/2010. O ex-Conselheiro da Casa Civil da
266 Presidência da República, Celso Lourenço Moreira Correa, agradeceu o período de
267 convivência que esteve no Conselho e esclareceu alguns pontos sobre o parecer do
268 Processo 09/2005, sobre o livro acessível. O Sr. Laércio Ventura relatou o caso da
269 pessoa com deficiência intelectual morta na cadeia pelos colegas de cela em Santa
270 Catarina. O Sr. Marcos Cordeiro de Souza Bandeira retirou a proposta de não enviar o
271 ofício à Rede Globo de Televisão. Após os esclarecimentos prestados pela Sra. Laís
272 Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes, a Sra. Silvana de Oliveira Almeida informou
273 que a CAN faria um modelo genérico de edital para concursos públicos, porém,
274 necessitava do auxílio de todos os membros do CONADE para tanto, por conta da
275 especificidade de cada deficiência. Destarte, foi posto em votação o relatório da CAN e
276 subsequente aprovado por unanimidade. **Informes das comissões**
277 **Permanentes. Comissão de Comunicação Social.** O Sr. Roberto Paulo do Vale Tiné
278 informou que: não houve ausências na última reunião da comissão; o CONADE

279 Informa teve uma boa avaliação pelos conselheiros e vinha recebendo oito emails
280 diários solicitando a inclusão para o recebimento do CONADE Informa; a sua última
281 edição noticiou a reunião do CONEDE Amazonas, que discutiu a versão preliminar do
282 Plano Diretor da Campanha da Acessibilidade; como demanda da 66ª Plenária o
283 CONADE Informa Online já divulgava notícias de ações do CONADE e participação de
284 seus conselheiros em reuniões e eventos públicos; a Campanha da Acessibilidade
285 esteve presente no Festival de Parintins, no Amazonas, representada em duas
286 bandeiras estendidas na plateia; foi feito memorando solicitando a reformulação do site
287 do CONADE; o site da Campanha da Acessibilidade seria reformulado por meio de
288 parcerias e patrocínio; a SNPD publicou o Livro Tecnologia Assistiva em 2009, porém,
289 os representantes do CONADE, José Alcides Marton da Silva e Romeu Kazumi
290 Sasaki, que contribuíram para a elaboração do texto não foram citados na obra.
291 **PORTANTO**, a CCS sugeriu à SNPD encaminhar memorando solicitando
292 esclarecimentos. Relatou também o: Processo CCS 02/2009, que cria manual de estilo
293 para produção de mídia referente a pessoas com deficiência. O texto básico estava em
294 construção pelo Relator Romeu Sasaki e possivelmente **SERÁ** apresentado na
295 próxima reunião do Conselho. CCS 04/2009, que trata da verificação do cumprimento
296 do artigo 57 do Decreto 5.296/2004. Ainda não foi possível uma conversa com a
297 Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, que posteriormente
298 seria feita pelo Sr. Marcos Cordeiro de Souza Bandeira e a Presidente Denise Costa
299 Granja. CCS 05/2009, trata de e-mail enviado para o Ministério da Saúde, o Ministério
300 do Trabalho e Emprego e o Ministério da Previdência Social pedindo informações sobre
301 as ações dos Ministérios que dizem respeito às deliberações do eixo reabilitação
302 profissional, do eixo do trabalho e do eixo saúde da 2ª Conferência Nacional dos
303 Direitos da Pessoa com Deficiência. Contudo, aguardava-se a resposta. CCS 01/2010,
304 trata da análise das publicações do Ministério da Saúde “Direitos Sexuais Reprodutivos
305 na Integridade da Atenção a Saúde da Pessoa com Deficiência” e “Síndrome Pós-
306 Poliomielite, Orientações para Profissionais de Saúde”. Encaminhamento: As
307 publicações se encontram em condições de fazerem parte do acervo do CONADE.
308 CCS 02/2010, trata do Plano Diretor da Campanha da Acessibilidade, que recebeu 77
309 sugestões de alteração textual, que algumas foram incluídas e outras não, sendo
310 totalmente justificadas pela comissão. CCS 03/2010, ofício circular 06/2010 da
311 Secretaria de Estado Desenvolvimento Social de Minas Gerais, que apresenta o
312 primeiro número do caderno da Coordenadoria Especial de Apoio e Assistência a
313 Pessoa com Deficiência - CAADE, cujo objetivo seria divulgação e ampliação do

314 acesso as informações relativas ao programa e ações do Governo de Minas Gerais. O
315 relator Janilton Fernandes Lima apresentaria parecer por meio da Comissão na
316 próxima reunião. O Sr. Laércio Ventura destacou que recebia emails, ele e o CONADE
317 Santa Catarina, de forma oficiosa e não oficial do CONADE e solicitou que nada fosse
318 veiculado sem a autorização da Presidência do Conselho ou da CCS. O Sr. Roberto
319 Paulo do Vale Tiné esclareceu que o email oficial do CONADE era o
320 conade@sedh.gov.br ou os emails corporativos dos funcionários da SNPD somente.
321 Quaisquer outros deveriam ser desconsiderados como oficiais. Posto isto, foi aprovado
322 o relatório da CCS. **Plano de Ação da Subsecretaria Nacional de Promoção dos**
323 **Direitos da Pessoa com Deficiência-SNPD para 2010.** A Sra. Ana Beatriz Silva Thé
324 Praxedes informou que o plano tinha sido apresentado em duas oficinas da SDH
325 anteriormente e visto que já eram meados de julho o plano já vinha sendo executado.
326 Apresentou o organograma e as atribuições da SNPD. Após, apresentou o Plano
327 propriamente dito, que dividido em 21 ações estratégicas, com seus respectivos
328 descritivos e expectativas. Seguindo, o Sr. Rubens, assessor da SNPD, detalhou o
329 orçamento da SNPD. O Sr. Francisco Alexandre Dourado Mapurunga questionou qual
330 era a mudança orçamentária ocorrida comparando os anos de 2009 e 2010 e a
331 previsão para 2011. O Sr. Rubens esclareceu que apesar do status de subsecretaria
332 nacional não houve muita diferenciação no orçamento de um ano para o outro. O Sr.
333 Marcos Cordeiro de Souza Bandeira sugeriu à SNPD envidar esforços para consumir
334 ao máximo o valor de emenda, temerário da exclusão do valor da emenda em 2011.
335 Sugeriu ainda a criação de palavra-chave para as pessoas com deficiência, a exemplo
336 do Fome Zero, para, em consulta, com esta palavra acessar a todas as ações e
337 programas voltados à pessoa com deficiência. O Sr. Francisco Sadeck, representante
338 do Instituto Caliandra, informou que o instituto foi convidado a acompanhar a COF e
339 questionou qual seria o recurso definido para as ações e programas do CONADE e
340 qual gestão o CONADE tinha sobre esse recurso. O Sr. Rubens esclareceu que o
341 recurso dos programas R\$ 1.639.000 (um milhão seiscentos e trinta e nove mil) e que
342 qualquer execução do orçamento que o CONADE tivesse interesse teria que ser feita
343 através da SNPD, que era o gestor governamental dos recursos voltados à pessoa com
344 deficiência. A Sra. Rosangela da Silva Santos ressaltou que o CONADE não participou
345 da elaboração do planejamento estratégico participativo do Conselho em que foram
346 tratadas as diretrizes e ações para o período de 2009/2010 e questionou como chegou-
347 se ao valor de R\$ 940 mil para as despesas do CONADE. A Sra. Ana Beatriz Silva Thé
348 Praxedes informou que o CONADE, através da sua Coordenação-Geral, participou
349 dessa elaboração. O Sr. Rubens esclareceu que o calculo daquilo que reservado ao

350 CONADE baseou-se na previsão de reajuste dos valores de diárias e passagens. O Sr.
351 Flávio Fontes da Silva Rossini sugeriu que o CONADE atuasse como fiscalizador,
352 proponente e deliberasse sobre seu orçamento. A Sra. Ana Beatriz Silva sugeriu a
353 presença de um representante da Subsecretaria de Gestão e da Secretaria de Direitos
354 Humanos para esclarecer qualquer dúvida com relação ao orçamento. O Sr. Francisco
355 Alexandre Dourado Mapurunga sugeriu aprovar aquele plano e requereu desde
356 daquele momento a participação no planejamento da SNPD e subsequente aprovação
357 do plano de ação para 2011. A Sra. Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes
358 parabenizou a SNPD pela amplitude do plano que perpassava temas relacionados à
359 educação, trabalho, saúde, assistência social, cultura, esporte, turismo, cidades e
360 direitos humanos em geral. Ressaltou que R\$ 940 mil reais para as despesas do
361 CONADE fazia parte da verba destinada ao programa Promoção e Defesa dos Direitos
362 das Pessoas com Deficiência dentro de uma verba de R\$ 1.520.000. Questionou,
363 portanto, qual seria a destinação do restante da subtração desses valores e se a
364 legenda em tempo real e outros itens para a realização da reunião do CONADE fazia
365 parte de qual desses valores. Apontou a criação do Fundo dos Direitos das Pessoas
366 com Deficiência, o que clarificaria o papel do CONADE e a possibilidade de deliberação
367 e recebimento de emenda parlamentar direta destacada ao Fundo. Destacou
368 importante a reformulação da ação nº 08 do Plano de ação da SNPD: *Fortalecimento*
369 *das ações sobre comunicação para pessoas com deficiência. Descrição: articular com*
370 *o Ministério da Cultura - MinC e a Casa Civil a edição do decreto de regulamentação da*
371 *lei 10.753/2003 da política nacional do livro; viabilizar a participação da subsecretaria*
372 *SNPD no Comitê Digital da ABNT. Levando em consideração o que foi deliberado pela*
373 *manhã sobre a elaboração de uma nova lei e dando visibilidade ao CONADE na*
374 *articulação junto ao MinC e Casa Civil. Com relação à ação nº 7: fortalecimento das*
375 *ações sobre habitação para pessoas com deficiência que também está dentro do*
376 *escopo da agenda social; ressaltou que o CONADE e, visto que a SNPD liderava essa*
377 *questão, solicitou à mesma que, sabendo da existência de processos análogos*
378 *tratados no Conselho, fornecesse as devidas informações a respeito para que o*
379 *Conselho tomasse o melhor encaminhamento, ainda que fosse o encerramento do*
380 *processo. Com relação à ação nº 17: desenvolvimento de novo modelo de*
381 *caracterização e valorização da deficiência. Questionou qual era a ação concreta para*
382 *dar continuidade ao processo de valoração do conceito de pessoa com deficiência no*
383 *Brasil. Sobre a ação nº 4: fortalecimento das ações sobre acessibilidade das pessoas*
384 *com deficiência aos ambientes e serviços. Descrição da ação: realização de estudos e*
385 *pesquisas sobre a acessibilidade uma cooperação com a UNESCO; capacitar gestores*

386 *públicos e agentes sociais em acessibilidade; estimular espaços urbanos e rurais*
387 *acessíveis capazes de promover a equiparação de oportunidades a todos os seus*
388 *usuários; divulgar experiências efetivas de cidades com acesso a serviços e*
389 *acessibilidade.* Questionou como a SNPD operacionizaria a divulgação de experiências
390 efetivas de cidades com acesso a serviços e acessibilidade. Com relação à ação nº 20:
391 *Novo web design das páginas da SNPD e CONADE no Portal Brasil e reunir as*
392 *condições para funcionar o sistema de informações.* Questionou como está o processo
393 de reformulação dos sites. Com relação à ação nº 21: *elaboração do primeiro relatório*
394 *de monitoramento da implementação da convenção da ONU.* Solicitou que o relatório
395 fosse entregue antes do 4º Encontro Nacional de Conselhos, implementando, portanto,
396 a consulta pública do mesmo. Por derradeiro, colocou-se favorável à aprovação do
397 Plano de Ação apresentado. Visto o pouco tempo e o grande número de
398 questionamentos, a Sra. Ana Beatriz Silva Thé Praxedes sugeriu esclarecer todas as
399 dúvidas numa reunião da presidência ampliada e com a presença da Subsecretaria de
400 Gestão da SDH. Todavia, esclareceu que todas as despesas são pagas com os
401 recursos do CONADE e que a legenda em tempo real era um contrato da SDH com
402 uma empresa privada para todos os eventos que fosse necessária. O Sr. Rubens
403 esclareceu que o Orçamento poderia ser mudado em 25% para mais ou para menos ou
404 em sua totalidade, desde que fosse apreciado pelo Congresso Nacional. A Sra. Márcia,
405 Coordenadora-Geral do CONADE Márcia, destacou que a Secretaria Executiva do
406 CONADE participou do planejamento estratégico, reiterando as metas do CONADE. O
407 Sr. Rafael, Chefe de Gabinete da SNPD, informou que a Subsecretaria recebeu o
408 convite, para a segunda-feira seguinte, para participar da elaboração do orçamento de
409 2011 e ponderou que aquela era o momento do CONADE ter uma maior participação
410 nesse processo. Posto isto, a Sra. Denise Costa Granja incumbiu a COF para definir a
411 metodologia de participação. O Sr. Marcos Cordeiro de Souza Bandeira destacou que o
412 Item VIII, do Artigo 11º, do Capítulo VI, do Decreto 3.298/1999 diz – Cabe ao CONADE
413 aprovar o plano de ação anual da CORDE e solicitou que o plano de ação do ano
414 subsequente fosse aprovado de acordo com os ditames desse item. Propôs que o
415 Plano de Ação 2010 da SNPD fosse utilizado como texto base na reunião de
416 planejamento orçamentário do ano seguinte. A Sra. Rosângela da Silva Santos
417 questionou se já existia um planejamento orçamentário da SNPD para que o CONADE
418 já pudesse opinar. O Sr. Rafael, chefe de gabinete da SNPD informou que ainda não
419 havia nada pronto. Posto isto, o plano foi aprovado por maioria em votação, com as
420 ressalvas feitas pela Sra. Ana Beatriz Silva Thé Praxedes e Francisco Alexandre
421 Dourado Mapurunga. **Continuação dos Informes das comissões Permanentes.**

422 **Comissão de Políticas Públicas.** A Coordenadora Maria Aparecida Reis informou que
423 faria a apresentação do relatório da reunião ocorrida no dia 28 de abril, que não foi
424 apresentado na plenária anterior devido à falta de quorum. Relatou que participaram da
425 reunião os conselheiros Adinilson Marins dos Santos, Lizair de Moraes Guarino, Maria
426 Aparecida Reis, Andréa Duarte, Gecy Maria Fritsch Klauch, Magda Hennes e Martinha
427 Clarete Dutra dos Santos, além da presença da observadora da FENAPAE, Renata
428 Vale. Relatou que foi discutida a seguinte pauta: 1 - Organização interna da comissão;
429 2 - Acompanhamento da agenda social; 3 – Propostas para elaboração do seminário
430 sobre especificidade e deficiências. 1 – A Comissão: deliberou em realizar um mutirão
431 no mês de junho devido à grande demanda de processo para análise e execução de
432 pareceres e notas técnicas, o que foi realizado e viabilizado com passagens e diárias
433 garantidas; discutiu acerca das prioridades das demandas e a metodologia de análise
434 das mesmas; apontou dificuldade para a execução dos trabalhos e sugeriu ao Plenário
435 uma estrutura administrativa mais eficaz, a contratação de uma ouvidoria para o
436 CONADE, além de pessoal administrativo específico para assessorar as comissões. 2
437 – Visto a falta de apoio administrativo e de instrumentalização da Comissão, a mesma
438 encaminhou: ao pleno do CONADE resolução orientadora, que poderia ser elemento
439 de ação para contribuir com o 4ª Encontro Nacional de Conselhos e um instrumento
440 para auxiliar no acompanhamento da agenda social; oficializar a Presidência da
441 República para que fossem garantidos os recursos financeiros para o cumprimento da
442 agenda social. ; oficializar a SDH para que informe o andamento da articulação junto
443 aos Ministérios para garantir a agenda social; oficializar a SNPDP para que elaborasse
444 um relatório ao CONADE sobre o cumprimento da agenda social; o trabalho conjunto
445 com a CAC objetivando levantar dados referentes às prioridades da agenda social,
446 junto aos Conselhos incumbidos monitorar a execução e apresentar os dados
447 quantitativos e qualitativos da implementação das ações oriundas da saúde, do
448 transporte, mobilidade urbana, educação e trabalho; oficializar o Ministério Público
449 Estadual para a criação de um Termo de Ajuste de Conduta - TAC para ser inserido no
450 termo de adesão da agenda social dos Municípios, visando a necessidade de
451 instrumentalizar os Conselhos Municipais e Estaduais. 3 – A comissão deliberou sobre
452 a realização de seminário que tratasse das especificidades da pessoa com deficiência
453 com o objetivo de capacitar os conselheiros do próprio CONADE e propôs que fosse
454 realizado numa próxima reunião ordinária do Conselho. O Sr. Francisco Alexandre
455 Dourado Mapurunga destacou que era final de mandato dentro do Conselho e que a
456 criação de uma ouvidoria daria uma carga de trabalho muito grande para as comissões,
457 principalmente a CAN. Com relação ao apoio administrativo, afirmou que o que as

458 comissões precisavam era de apoio técnico, antes do apoio administrativo e de uma
459 ouvidoria. Sobre a Agenda social, afirmou que o CONADE deveria iniciar o
460 monitoramento, destacando que os mesmos não estavam acompanhando a execução
461 das políticas. A Sra. Ana Beatriz Silva Thé Praxedes afirmou que a realização do
462 seminário poderia ser suprida com a realização do 4º Encontro Nacional de Conselhos.
463 Destacou também a existência do Disque Direitos Humanos que poderia sanar a
464 proposta de uma ouvidoria. A Sra. Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes que
465 não seria possível solicitar ao Ministério Público a criação de um TAC, sendo que não
466 houve descumprimento do termo de adesão. Sugeriu incluir uma cláusula no tempo de
467 adesão para garantir o cumprimento da agenda social. Apoio a contratação de pessoal
468 de apoio às comissões, mas solicitou mais clareza quanto a não vinculação junto à
469 ouvidoria para a aprovação consequente do relatório. O Sr. Roberto Paulo do Vale Tiné
470 sugeriu reajuste no relatório visando que o CONADE não podia fazer contratações, que
471 fossem de ouvidorias. Somente solicitar ou sugerir à SNPD a contratação. O Sr.
472 Raimundo Nonato Lopes de Souza e a Sra. Magda Hennes apoiou a proposição do Sr.
473 Francisco Alexandre Dourado Mapurunga com relação ao apoio técnico dos conselhos.
474 A Sra. Maria do Carmo Tourinho apoiou as propostas anteriormente postas pela Sra.
475 Ana Beatriz com relação à realização do seminário. A Sra. Denise Costa Granja
476 sugeriu a reformulação do relatório para que ele fosse aprovado no dia seguinte.
477 Todavia, a Sra. Maria Aparecida Reis prestou os devidos esclarecimentos e acatou as
478 sugestões postas. Entretanto, acatou a sugestão de reformulação do relatório, que foi

479

480 **2º Dia – 16 de julho de 2010**

481 **Reabertura:** Verificado o quorum por meio de chamada oral, o Sr. Isaías dias reabriu
482 os trabalhos da 69ª Reunião Ordinária do CONADE. **Continuação dos Informes das**
483 **comissões Permanentes. Comissão de Políticas Públicas - CPP.** A Sra. Maria
484 Aparecida Reis apresentou o relatório da reunião ocorrida no dia 28 de abril já com
485 todas as alterações sugeridas no dia anterior. Após, passou a apresentar o relatório da
486 69ª Reunião, que contou com a presença dos Conselheiros: Maria Aparecida Reis,
487 Lizair de Moraes Guarino, Adinilson Marins dos Santos, Magda Hennes, Andréa
488 Duarte, Tânia Mariza Martins Silva, Andréa Assumpção Siqueira, Cláudio Oliveira Silva;
489 e teve a seguinte pauta: 1 - Avaliação dos trabalhos da CPP do 1º semestre de 2010;
490 Discussão sobre o seminário; 3 - Relatório do mutirão realizado em junho de 2010. 1 -
491 A Comissão concluiu a avaliação de demandas individuais ocupavam tempo
492 considerável, tirando o foco da agenda social. Portanto, sugeriu a realização de mutirão
493 no período de 18 a 22 de Outubro para avaliar o que foi realizado na agenda social em

494 relação ao Programa Nacional de Acessibilidade, solicitando as providências junto à
495 presidência e à secretaria do CONADE. 2 – Considerando que não houve previsão
496 orçamentária; não foi possível discutir a proposta do seminário; não foi possível
497 envolver na discussão a SNPD; haviam restrições de tempo em razão de 2010 ser ano
498 eleitoral; e a agenda do 4º Encontro dos Conselhos mobilizava o CONADE; A comissão
499 decidiu por adiar a realização do seminário. 3 - A avaliação do mutirão realizada em
500 Junho de 2010, no período de 7 a 11 de Junho, foi positiva logrando êxito na análise de
501 17 processos de gestões anteriores de 2004 a 2008 e 13 processos da gestão
502 2009/2010, sendo que, da gestão 2004 a 2008, foram arquivados 14 processos e três
503 seriam feitas novas diligências, da gestão 2009/2010, cinco processos foram
504 analisados e os demais estão aguardando a juntada de documentos. CPP
505 10.000/2004. Solicitação do Ministério Público Federal do Município de Piracicaba de
506 sugestões e perspectivas concretas quanto ao acompanhamento e avaliação da
507 política nacional para integração da pessoa portadora de deficiência e da política
508 setorial de cultura e lazer relativo à implementação de legendas de filmes nacionais e
509 cinemas. Encaminhamento: Arquivamento. CPP 37/2006. Remessa das deliberações
510 da 5ª Conferência do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS pelo MDS para
511 conhecimento, apreciação e manifestação das deliberações. Encaminhamento:
512 Arquivamento. CPP 40/2006. Políticas de cotas de trabalho. Ofício encaminhado
513 durante a sessão plenária do Fórum Municipal em Defesa dos Direitos das Pessoas
514 com Deficiência com cópia ao Secretário de Estado de Trabalho, Emprego e Promoção
515 Social do Paraná, Élson. Encaminhamento: arquivamento, oficializando o Ministério
516 Público do Estado do Paraná e indicação do Sr. Adinilson Marins dos Santos para
517 manifestar novo parecer em caso de resposta. CPP 41/2006, a CVI Brasil solicitou
518 especificações mínimas regionalizadas para o Programa de Arrendamento Residencial
519 - PAR. Encaminhamento: Arquivamento, oficializando a SNPD para que acompanhe a
520 política. CPP 44/2006. Análise do plano de ação do CONADE de 2006 e 2007.
521 Encaminhamento: arquivamento. CPP 47/2006, educação condutiva para pessoa com
522 deficiência. Encaminhamento: arquivamento. CPP 52/2006, criação de comissão para
523 eliminação de todas as formas de discriminação contra a pessoa com deficiência,
524 autuado em 28 de Setembro de 2006, através de fax recebido com. Encaminhamento:
525 arquivamento. CPP 58/2007, mapa de diversidade, censo remetido através de CD de
526 estudo realizado pela FEBRABAN. Encaminhamento: arquivamento. CPP 63/2007, lei
527 de cotas e benefício do INSS. Encaminhamento: arquivamento. CPP 65/2007, ofício
528 encaminhado pela Secretaria de Educação Especial sobre a Política Nacional de
529 Educação Especial para conhecimento, apreciação e manifestação. Encaminhamento:

530 arquivamento. CPP 70/2008, implementação de políticas públicas para pessoas
531 ostomizadas. Encaminhamento: Arquivamento. CPP 71/2008, reivindicações do
532 cumprimento do decreto lei 5.626 de 2005 requerido pela Procuradoria da República do
533 Município do Governador Valadares, Minas Gerais. Encaminhamento: arquivamento.
534 CPP 73/2008, encaminhamento da 1ª Conferência Nacional de Direito à Pessoa com
535 Deficiência. Encaminhamento: arquivamento, visto que já estavam na 3ª Conferência.
536 CPP 75/2008, extinção de escolas especializadas no atendimento educacional das
537 pessoas com deficiência solicitada pela Secretaria de Assistência Social e Direitos
538 Humanos do Rio de Janeiro. Encaminhamento: arquivamento CPP 78/2008, serviço
539 especializado de reabilitação interdisciplinar. Encaminhamento: novo relator, Sr.
540 Adinilson Marins dos Santos. CPP 84/2010, denúncia apresentada pelo Sr José
541 Roberto Santana da Silva sob a recusa na liberação de sua entrada na agência
542 bancária por possuir prótese do membro inferior. Encaminhamento: Buscar a
543 realização de um pacto entre os sindicatos dos empregados em estabelecimentos
544 bancários, os bancos e o CONADE visando uma nova postura comportamental. CPP
545 86/2010, ofício encaminhado pela Organização Nacional de Cegos de Brasília que traz
546 anexo a carta de Brasília pela dignidade e cidadania das pessoas cegas e com baixa
547 visão para o conhecimento e apreciação do conselho. Encaminhamento: oficializar á
548 demandante as respostas que foram dadas através do parecer da conselheira Magda
549 Hennes. CPP 87/2010, carta de manifesto de 20 de Setembro de 2009 enviado pela
550 Superação Rio. Encaminhamento: oficializar á demandante as respostas que foram
551 dadas através do parecer da conselheira Magda Hennes. CPP 91/2010, identificação
552 de veículo de acordo com a lei 9.503 e resolução número 123456/07 da Sra. Marilene
553 Strapassoni, de São Bento do Sul, Santa Catarina. Encaminhamento: orientar a
554 demandante que solicite orientação no órgão competente para receber o material
555 solicitado. CPP 92/2010, lei de cotas para o mercado de trabalho. Encaminhamento: a
556 demandante precisa de efetiva ajuda do CONADE para acionar o Ministério Público e o
557 Ministério do Trabalho em Santa Catarina. O Sr. Marcos Cordeiro de Souza Bandeira
558 parabenizou pela riqueza de detalhes da apresentação e solicitou que fosse veiculada
559 no CONADE Informa e no email dos conselheiros, assim como todos os relatórios de
560 cada comissão permanente. Com relação ao Processo CPP 10.000, de 2004, que foi
561 solicitação do Ministério Público Federal do Município de Piracicaba/SP de implantação
562 de legenda em filmes nacionais, que foi arquivado pela Comissão, solicitou o não
563 arquivamento e se colocou à disposição para ajudar no mesmo. Sugeriu que fosse
564 padronizado o uso ou da palavra estomizado, ou ostomizado. Por derradeiro, solicitou
565 maiores informações sobre a terceira conferência. Por derradeiro, sugeriu uma carta ao

566 Ministro da SHD, Paulo de Tarso Vannuchi, pelo novo espaço da Secretaria. O Sr.
567 Domingos João Montagna sugeriu um termo de ajuste de conduta com a Federação
568 dos Bancos do Brasil – FEBRABAN no intuito de evitar a restrição de entrada de
569 pessoas com próteses nos bancos. O Sr. Francisco Alexandre Dourado Mapurunga
570 ratificou o não arquivamento do processo 10.000/2004. Sugeriu que: o seminário
571 especificidades de pessoas com deficiência ocorresse após minuta elaborada pela
572 CPP e posteriormente apresentada à plenária com todos os detalhes necessários para
573 a realização do evento; ofício aos demandantes dos casos arquivados pela CPP
574 prestando esclarecimento do arquivamento. O Sr. Roberto Paulo do Vale Tiné
575 esclareceu que não seria possível veicular a ata de cada comissão no CONADE
576 Informa. A Sra. Valdenora da Cruz Rodrigues parabenizou a Comissão pelo relatório
577 apresentado e questionou qual seria a prioridade, seminários ou capacitação. A Sra.
578 Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes parabenizou pelo mutirão feito. Ponderou
579 que as demandas individuais remetidas ao Conselho deveriam ser encaradas como
580 demandas coletivas. Sugeriu apensar o Processo CPP 10.000/2004 ao processo CAN
581 249/2009, que trata da falta de legenda nos pronunciamentos de Ministros Agricultura e
582 da Pesca na rede nacional de televisão. Propôs também uma resposta padrão às
583 demandas solicitadas à Comissão. Por fim, solicitou que os relatórios de cada
584 comissão ao fim de suas reuniões fossem impressos e entregues aos conselheiros nas
585 plenárias. Apoiou a propositura do Sr. Francisco Alexandre Dourado Mapurunga em
586 dar respostas aos demandantes. Na sequência, a Sra. Maria Aparecida Reis prestou
587 esclarecimentos aos questionamentos feitos e acatou todas as sugestões postas.
588 Todavia, o plenário não se sentiu contemplado com os esclarecimentos dados. Ao
589 passo que o Sr. Francisco Alexandre Dourado Mapurunga se pôs favorável à
590 aprovação do relatório com as considerações propostas. Deste modo, a Sra. Laís
591 Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes ponderou que deveria constar as alterações ali
592 propostas no relatório. Com relação à questão da ouvidoria, a Sra. Ana Beatriz Silva
593 Thé Praxedes afirmou que ficou acertado no dia anterior que seria ouvido a
594 apresentação sobre Disque-Direitos Humanos para chegar a uma conclusão e
595 subsequente aprovação. Questionou, portanto, como se daria essa sistemática. O Sr.
596 Isaías Dias sugeriu a CPP se reunir com a CAN para inserir as modificações propostas
597 e no período da tarde fazer a aprovação do relatório da CPP. Todavia, o Sr. Francisco
598 Alexandre Dourado Mapurunga sugeriu aprovar o relatório e que as modificações fosse
599 feita posteriormente, evitando assim uma nova reapresentação. Posto isto, a Sra. Laís
600 Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes se dispôs a auxiliar a CPP nas modificações do
601 relatório posterior à aprovação do mesmo. Destarte, o relatório foi aprovado por

602 unanimidade, com as ressalvas postas. **Continuação dos Informes das comissões**
603 **Permanentes. Comissão de Articulação de Conselhos - CAC.** O Sr. Francisco
604 Alexandre Dourado Mapurunga informou que participaram da reunião: o próprio, Ana
605 Beatriz Silva Thé Praxedes, Flávio Fontes da Silva Rossini, Moisés Bauer Luiz,
606 Domingos João Montagna, Maria do Carmo Tourinho e Valdenora da Cruz Rodrigues.
607 Informou que: a Sra. Ana Beatriz Silva Thé Praxedes representou a Comissão na
608 reunião da presidência ampliada e ele coordenou a reunião da CAC na ausência da
609 coordenadora, Sra. Izabel Maria Madeira de Loureiro Maior, por ocasião de férias, e
610 que foi escolhido como coordenador para a reunião extraordinária da Presidência
611 Ampliada; que o processo de titularidade e suplência dos representantes dos
612 Conselhos Municipais podia ser arquivado, porém, foi decidido re-encaminhar o
613 processo para a presidência ampliada, no intuito de servir de subsídio para
614 elaborações de editais de eleições ou até mesmo a nível regimental; que a revisão da
615 cartilha de criação de conselhos do CONADE ganhava novo relator, o Sr. Flávio Fontes
616 da Silva Rossini, já subsidiado pelo antigo relator, o Sr. Kellerson Souto Viana, para ser
617 apresentada no 4º Encontro Nacional de Conselhos; que o Deputado Federal Otávio
618 Leite, autor de emenda para capacitação dos Conselhos do CONADE, argüia de forma
619 oficial sobre a utilização da emenda. Ao passo que a mesma não havia sido liberada e
620 apresentava divergências. Portanto, a CAC sugeriu que o deputado fosse esclarecido
621 por meio de ofício da SDH; que a CAC recomendou que as eleições para
622 representação dos Conselhos Estaduais e Municipais fosse feita no 4º Encontro
623 Nacional de Conselhos; que a Comissão recomendou que a SNPD apresentasse
624 relatório do acompanhamento dos conselhos municipais beneficiados com o edital de
625 apoio 2009 e sugeriu que fosse criada uma lista de discussão na internet. Por
626 derradeiro, passou a apresentar os informes dos membros da Comissão: A Sra.
627 Valdenora da Cruz Rodrigues informou que a Fundação Alfredo da Mata recebeu
628 doação de um eletroneuromiografo, que permite o diagnóstico precoce da
629 hanseníase e outras patologias. O Sr. Flávio Fontes da Silva Rossini informou sobre o
630 projeto Superação que acontece anualmente no dia 21 de setembro, dia nacional de
631 luta da pessoa com deficiência, na orla de Copacabana, e no dia 3 de dezembro, no dia
632 internacional da pessoa com deficiência, na Avenida Paulista. A Sra. Maria do Carmo
633 Tourinho informou que o Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS estava
634 discutindo a participação dos Conselhos Estaduais e Municipais no colegiado nacional
635 do mesmo. Sem mais, o Sr. Marcos Cordeiro de Souza Bandeira mostrou-se temeroso
636 pela não utilização da emenda destinada ao CONADE para capacitação de Conselhos
637 Estaduais e Municipais e sugeriu uma audiência com Deputado para melhor esclarecê-

638 lo. Ao passo que a Comissão acolheu a sugestão proposta e a Sra. Laís Vanessa
639 Carvalho de Figueiredo Lopes sugeriu a participação da COF neste debate. Posto isto,
640 foi aprovado o relatório da Comissão. **Apresentação do Projeto Disque 100 –**
641 **Direitos Humanos – Pedro Costa Ferreira, Coordenador-Geral do Disque Direitos**
642 **Humanos.** O Sr. Pedro Costa Ferreira, Coordenador-Geral do disque direitos humanos
643 informou que, em outubro de 2009, o Decreto 6.980/2009 alterou a estrutura regimental
644 da SDH e, com isso, transformou a Ouvidoria Geral da Cidadania em Departamento de
645 Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos, com a atribuição de receber, examinar e
646 encaminhar denúncias e reclamações sobre violações de direitos humanos, além de
647 coordenar ações que visem orientação e adoção de providências para o adequado
648 tratamento dos casos de violação, sobretudo os que afetam grupos sociais vulneráveis.
649 Fez um histórico do Disque Direitos Humanos e ressaltou que haveria um módulo
650 específico para o atendimento de pessoas com deficiência e que a atuação da
651 ouvidoria seria sempre pautada pela orientação da área específica. Após, fez a
652 apresentação da metodologia para a operacionalização do Disque. Após, a Sra. Ana
653 Bianchi informou que o CECRIA tinha sido contratado por meio de Convênio para dar
654 suporte à SDH na implementação do Disque. Para tanto, seria feito o mapeamento das
655 organizações nos estados, especialmente nas suas capitais, que trabalhavam com o
656 tema dos direitos humanos, além de uma pesquisa com o intuito construir
657 conhecimento acerca das demandas estaduais. Solicitou, por fim, a indicação de até
658 três conselheiros e uma pessoa por região do Brasil das bases de atuação do
659 CONADE para a constituição de um grupo com fins de realizar consulta na área
660 pertinente. Após, responderam aos questionamentos dos conselheiros e agradeceram
661 a atenção dispensada. **Continuação dos Informes das comissões Permanentes.**
662 **Comissão de Orçamento e Finanças - COF.** A Sra. Rosangela da Silva Santos
663 apresentou a avaliação do planejamento estratégico participativo da COF no biênio
664 2009/2010, que se dividiu em diretriz; ação, estratégias; período e responsável e
665 avaliação. Diretriz 1 - Acompanhar a execução orçamentária referente às políticas
666 públicas inerentes à área das pessoas com deficiência; Ação 1.1 Elaborar da
667 metodologia de trabalho da Comissão; 1.2 Elaborar cronograma, previsão, de reuniões
668 extraordinárias; Estratégia 1.2.2 Definir a periodicidade para recebimento da execução
669 orçamentária financeira das ações implantadas e implementadas pelas áreas setoriais
670 voltadas as pessoas com deficiência das e quem guarda sintonia com o plano de ação
671 do CONADE: Período início: 2 de junho de 2010; Responsáveis: COF, CONADE e a
672 SNPD: Avaliação: realizado parcialmente. Diretriz 2 - Analisar os demonstrativos da
673 execução orçamentária dos órgãos de Governo relacionados às políticas públicas

674 relativas às áreas da pessoa com deficiência. Ação 2.1 Identificar e conhecer os
675 sistemas de informações oficiais que contenham base de dados de interesse do
676 CONADE. Estratégia 2.1.1, solicitar apoio da consultoria do orçamento Siga Brasil do
677 Senado Federal para apresentação na COF e no CONADE das estratégias e
678 respectivos sistemas de informações; Ação 2.2 Levantamento e análise dos dados
679 através de sistema de informações, identificando os problemas e dificuldades e
680 recomendando alternativas para soluções junto ao CONADE; Estratégia 2.2.1
681 Acompanhar, monitorar e avaliar a execução orçamentária da SDH, Ministérios e
682 demais Secretarias Especiais; Ação 2.3 Verificar as dificuldades de execução
683 orçamentária; Estratégia 2.3.1 Avaliar as demandas e solicitar informações à SNPD e
684 demais órgãos do Governo Federal sobre a execução orçamentária, assim como
685 encaminhar os dados analisados às Comissões do CONADE. Período: 2010;
686 Responsáveis: COF, CONADE e SNPD: Avaliação: Não realizado. Diretriz 3 - Planejar
687 uma agenda de atividades a fim de viabilizar a execução das ações, objetivos do
688 CONADE com as garantias de aporte financeiro da agenda 2010; Ação 3.1 Planejar as
689 ações propostas objetivando trabalhar aquelas que têm relação com as pessoas com
690 deficiência; Estratégia 3.1.1 Articular com a presidência ampliada sobre a importância
691 do fluxo de informações referentes ao orçamento em conjunto com as outras
692 Comissões do CONADE; 3.1.2 avaliar e ordenar as prioridades a partir de um roteiro de
693 trabalho permanente para a Comissão, de acordo com a matriz de responsabilidades
694 da COF, que foi aprovada no planejamento estratégico CONADE/CORDE 2010; Ação
695 3.2 Subsidiar o CONADE apresentando quadros demonstrativos e atendendo as outras
696 demandas na sua aplicabilidade; Estratégia 3.2.1 Apresentar ao CONADE a análise
697 mensal do Quadro de Detalhamento de Despesas – QDD da SDH referente à
698 execução orçamentária dos programas no tocante à política da pessoa com deficiência;
699 3.2.2 Solicitar à SNPD informações sobre quais as dotações orçamentárias estão
700 inseridos os programas e ações relacionados ao planejamento do CONADE
701 2009/2010; Ação 3.3 Produzir por sua própria demanda ou de outros relatórios e
702 recomendações e avaliações; Estratégia 3.3.1 Avaliações periódicas da COF indicando
703 ao CONADE as modificações necessárias à consecução dos objetivos da política
704 formulada para promoção e defesa dos direitos da pessoa com deficiência; Ação 3.4
705 Acompanhar a elaboração da LDO, LOA e PPA; Estratégia 3.4.1 A COF deverá
706 subsidiar o CONADE junto à SNPD na elaboração do PPA 2010/2015, cujo o prazo
707 será até 31 de agosto de 2011, contribuindo com as modificações necessárias à
708 consecução dos objetivos da política formulada para promoção e defesa dos direitos da
709 pessoa com deficiência; Período: Junho de 2011; Responsáveis: COF, CONADE e

710 SNPD; Ação 3.5 Propor anualmente programas e ações a serem inseridos na LDO e
711 LOA; Estratégia 3.5;.1 Solicitar à SNPD informações da LOA 2011 na próxima reunião
712 ordinária do CONADE. Posterior apresentação do Plano na reunião de setembro de
713 2010 para que o CONADE possa acompanhar e avaliar o desempenho dos programas
714 e a execução das políticas relativas à pessoa com deficiência; Avaliação: não
715 realizado: Período: 2010; Responsáveis: COF, CONADE e SNPD; Ação 3.6 Propor
716 anualmente, quando for necessária, a revisão do PPA 2008/2011; Estratégia 3.6.1
717 Avaliação da COF com a assessoria técnica mediante relatório de gestão da SNPD
718 sobre o desempenho dos programas e projetos realizados no PPA 2008/2011 em
719 relação à política nacional para a integração da pessoa com deficiência: Período:
720 Novembro de 2010; Responsáveis: COF, CONADE e SNPD: Avaliação: Não realizado.
721 Ação 3.7 Elaborar recomendações para adequação do orçamento às necessidades de
722 atendimento das pessoas com deficiência; Estratégia 3.7.1 Solicitar pesquisas que
723 forneçam metas físicas para que possam subsidiar o CONADE sobre as políticas para
724 pessoa com deficiência. Ação 4 Articular e propor junto ao poder legislativo a
725 concretização de emendas parlamentares relativas às áreas com pessoas com
726 deficiência. Ação 4.1 Buscar a garantia da manutenção da verba orçamentária sem
727 qualquer contingenciamento; Estratégia 4.1.1 Verificar base legal com o intuito de
728 respaldar que o recurso destinado às políticas para pessoas com deficiência não sejam
729 contingenciados; A 4.1.2 Articular junto à frente parlamentar da pessoa com deficiência
730 para a garantia dos recursos orçamentários sem cortes; 4.1.3 Criação e implementação
731 de um fundo próprio para o CONADE, com vistas na obtenção de autonomia e a
732 viabilização de um melhor planejamento para execução de ações a serem
733 desenvolvidas no âmbito nacional. Diretriz 5 - Promover a interface entre o CONADE e
734 os vários órgãos governamentais com a finalidade de garantir a utilização dos recursos
735 destinados à política da pessoa com deficiência; Ação 5.1 Interface com as ações das
736 outras comissões. Estratégia 5.1.1 Buscar parcerias com propósito de incentivar a
737 realização de campanhas em apoio às políticas e ações do CONADE no âmbito dos
738 estados, Distrito Federal e dos municípios; Ação 5.2 Inter-relacionamento entre as
739 diversas atividades e os responsáveis por cada uma delas; Estratégia 5.2.1
740 Participação das comissões do CONADE em atividades relacionadas à execução das
741 políticas setoriais dos vários órgãos de governo, divulgando e articulando com as áreas
742 afins sobre a política nacional para inclusão da pessoa com deficiência. Após,
743 apresentou o relatório da 69ª Reunião da COF: Conforme deliberado na 68ª reunião
744 ordinária do CONADE, realizada nos dias 28, 29 e 30 de Abril de 2010, a COF realizou
745 reunião extraordinária no edifício sede da Secretaria de Direitos Humanos nos dias 1 e

746 2 e 21 e 22 de Junho em Brasília, Distrito Federal, às dez horas com a presença dos
747 conselheiros: Rosângela da Silva Santos, Ana Carolina Silveira Vasconcelos, José
748 Antônio Ferreira Freire, Isaías Dias e como convidado para a cooperação técnica dos
749 trabalhos o Sr Francisco Sadeck, do Instituto Caliandra, com o objetivo de identificar as
750 políticas públicas com ações voltadas para as pessoas com deficiência; os programas
751 e ações que estão sendo executados com recursos da união, avaliando o desempenho
752 da execução orçamentária e financeira, incluindo acompanhar as ações que estão
753 sendo desenvolvidas nas demais áreas setoriais dos ministérios; e contribuir no
754 planejamento de ações conjuntas que englobam desde a elaboração da proposta
755 orçamentária até o monitoramento das ações a serem implementadas por todas as
756 áreas envolvidas. A Comissão ainda avaliou as suas reuniões ordinárias e identificou
757 suas prioridades, ordenando-as em um roteiro de trabalho permanente, conforme a
758 matriz de responsabilidade da mesma. Concluiu: pela necessidade de apresentar ao
759 CONADE informações sobre o papel da COF; a carência de infra-estrutura de recursos
760 humanos para desempenhar suas funções; e que utilizaria das ferramentas
761 disponibilizadas pela SDH e SNPDP para traçar as metas a serem alcançadas no
762 sentido de se garantir o aporte financeiro às ações prioritárias de acordo com a política
763 nacional de inclusão da pessoa com deficiência. Por fim, colocou-se à disposição.
764 Esclarecidos os conselheiros, o relatório foi aprovado por maioria. **Informes**
765 **Internacionais: candidatura do Brasil ao Comitê da CDPD da ONU e Relatório de**
766 **Monitoramento.** A Sra. Flávia Maria de Paiva Vital informou que o Comitê sobre
767 Direitos da Pessoa com Deficiência da Organização das Nações Unidas – ONU
768 passava por processo de renovação de metade dos seus 18 membros e a SDH achava
769 pertinente que o Brasil não se candidatasse de última hora a uma das vagas, no
770 entanto, oferecesse apoio a um dos cinco candidatos da América Latina. E,
771 posteriormente, para as eleições de 2012, desde aquele momento, indicar um nome
772 que fosse consenso nacional, prioritariamente sendo membro da sociedade civil. Após,
773 informou que o Brasil tinha por obrigação enviar o 1º relatório à ONU de monitoramento
774 da Convenção sobre os direitos da Pessoa com Deficiência até novembro do corrente
775 ano. Para tanto, a ONU forneceu um modelo a todos os países membros e a SDH
776 usaria como metodologia para a confecção de tal relatório uma consulta pública. A Sra.
777 Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes complementou informando que o relatório
778 de monitoramento devia ser entregue a partir de 1º de agosto do corrente ano e sugeriu
779 que o mesmo fosse apresentado ao CONADE em sua próxima reunião Ordinária e no
780 4º Encontro Nacional de Conselhos, que ocorreria em Novembro do corrente ano, após
781 passar por consulta pública com um prazo de 30 dias. Destarte e visto a falta de

782 quorum não foi possível tratar os demais assuntos de pauta. Posto isto, a Sra. Denise
783 Costa Granja encerrou a reunião.